

## Memorando 8.557/2026

---

**De:** Valeria G. - DADMFIN  
**Para:** SEFINS - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
**Data:** 22/04/2026 às 13:27:10

**Setores envolvidos:**

SEFINS, SMECNP, SEMDEC, SMS, DADMFIN

### Alteração - ETP XXVII Marcha a Brasília

Boa tarde,

O ETP foi necessário realizar alteração no valor da inscrição, segue o ETP corrigido para análise e assinatura, referente inscrições para a participação de gestores Municipais na XXVII Marcha a Brasília em defesa dos Municípios que ocorrerá de 18 a 21 de maio de 2026.

—  
—

**Valeria Rozette Vicente Gomes**

Diretora de Apoio Administrativo

**Anexos:**

ETP\_Encontro\_dos\_Municipios\_por\_Inexig\_.pdf



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**SECRETARIA SOLICITANTE:** Secretaria Municipal de Finanças

**EMAIL:** [financas@camponovodoparecis.mt.gov.br](mailto:financas@camponovodoparecis.mt.gov.br)

**TELEFONE:** (65) 3380-0500 ramal 450

**SECRETÁRIOS:** Odila Cecília Roberto - Secretária de Finanças

Cleide Maria Anzil - Secretária de Saúde

Leia Maria Rea Nedel - Secretária de Educação

Marcio Clei Ferreira do Nascimento - Secretário de Desenvolvimento

### **SOLICITAÇÕES DE DESPESA Nº:**

1492/2026 – SECRETARIA DE FINANÇAS

1494/2026 – SECRETARIA DE SAÚDE

1493/2026 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

1501/2026 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO

### **FONTE DE RECURSO:**

☒ (X) RECURSO PRÓPRIO

☐ ( ) CONVÊNIO

### **1. INTRODUÇÃO**

**1.1** O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

### **2. OBJETO DE ESTUDO**

**2.1** Contratação de inscrições para a participação de gestores municipais na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. O evento, consagrado como o maior encontro municipalista da América Latina, ocorrerá de 18 a 21 de maio de 2026. A solução visa integrar a liderança do Executivo local no principal fórum de debate sobre políticas públicas e desenvolvimento institucional do continente, conforme explanado nesse Estudo Técnico Preliminar.

### **3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**3.1** Justifica-se a presente contratação, sendo que a participação é indispensável para a Governança Municipal, a necessidade baseia-se em:

- **Alinhamento Estratégico:** Sendo o maior evento do setor na América Latina, a Marcha é o único espaço que permite o diálogo direto e simultâneo entre os Municípios, o Congresso Nacional e o Governo Federal.
- **Defesa de Pautas Federativas:** A presença física dos gestores é crucial para a mobilização política em torno de temas como a redistribuição de receitas, novos marcos regulatórios e o pacto federativo.
- **Qualificação de Alto Nível:** O evento funciona como uma imersão técnica em gestão e desenvolvimento, essencial para que secretários e prefeitos atualizem suas administrações conforme as tendências de governança pública global.

### **4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**4.1** Essa contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios (AMM).

### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**5.1 São obrigações da Administração Pública**

- a) Emitir ordem de fornecimento e zelar para o bom cumprimento do objeto;



- b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor contratado, de acordo com este instrumento;
- c) Emitir ordem de fornecimento e zelar para o bom cumprimento do objeto;
- d) Receber o serviço no prazo e nas condições estabelecidas neste Estudo;
- e) Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;
- f) Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas neste Estudo;
- g) Fiscalizar a execução dos serviços prestados;
- h) Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- i) Aplicar as sanções administrativas pertinentes, em caso de inadimplemento;
- j) Caberá ao Município receber o serviço contratado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Estudo.

## 5.2 São obrigações do fornecedor contratado:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- b) Cumprir rigorosamente os termos do ajuste, ao qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações ou cancelamentos, quer seja nos preços ou nas condições estabelecidas;
- c) Efetuar o serviço de acordo com o solicitado, bem como das normas constantes no Estudo;
- d) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração Municipal, por meio da fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularizações se necessárias;
- e) Responder legal e financeiramente por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando ao CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo sob o fundamento de solidariedade;
- f) Será responsável pelo fornecimento dos serviços dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na Lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor ao Município;
- g) A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal e comercial;
- h) Refazer os serviços em desacordo com as especificações constantes no pedido, sem ônus a Administração;
- i) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Campo Novo do Parecis, no tocante ao fornecimento do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

## 6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

6.1 Inscrição de 04(quatro) secretários na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

Item	Código	Descrição e especificação	Unidade	Quantidade
1	56078	Taxa de inscrição na XXVII Marcha a Brasília	UN	04



**6.2** Segue abaixo a relação das servidoras que participarão do curso:

Nome	Cargo	Matrícula
Odila Cecilia Roberto	Secretária de Finanças	6377
Cleide Maria Anzil	Secretária de Saúde	6824
Leia Maria Rea Nedel	Secretária de Educação	6873
Marcio Clei Ferreira do Nascimento	Secretário de Desenvolvimento econômico	6381

## 7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

**7.1.** O levantamento de mercado ratifica a condição de exclusividade e inviabilidade de competição, conforme os critérios abaixo:

- Exclusividade da Organizadora:** A Confederação Nacional de Municípios (CNM) é a única entidade responsável pela idealização, organização e execução da Marcha a Brasília. Por ser uma entidade de representação máxima e sem fins lucrativos, a CNM detém a primazia sobre a agenda e a infraestrutura do evento, não havendo no mercado privado empresas que ofereçam serviço com as mesmas características políticas e institucionais..
- Inexistência de Similares:** Embora existam congressos regionais de gestão pública, nenhum deles possui a escala, o alcance ou o reconhecimento da Marcha a Brasília. O evento é o único na América Latina capaz de reunir simultaneamente os Chefes dos Três Poderes da República, ministros de Estado e milhares de prefeitos para a pactuação de políticas públicas, o que o torna um objeto singular e insubstituível.
- Análise de Preços e Economicidade:** Os valores das inscrições são fixados pela CNM de forma isonômica para todos os entes federados do país, variando apenas conforme a categoria de filiação do município à entidade. Tal prática assegura que o preço pago pela Administração Pública local está em estrita conformidade com o praticado no mercado institucional, atendendo ao princípio da economicidade e da transparência.

**7.2** Dessa forma, resta configurada a inviabilidade de competição, uma vez que o mercado não oferece alternativa equivalente à XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. A escolha da CNM não decorre de mera preferência subjetiva do gestor, mas da constatação objetiva de que apenas esta entidade promove o fórum de maior relevância municipalista do continente. Portanto, a contratação direta via inexigibilidade é a medida que melhor atende ao interesse público, garantindo que o município não seja excluído das discussões que definirão o futuro das transferências constitucionais e das diretrizes de gestão para o exercício de 2026..

## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**8.1.** A solução proposta consiste na participação estratégica e na imersão técnica da comitiva municipal na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, estruturada como um ecossistema de capacitação e representação institucional. A contratação abrange não apenas o acesso físico ao evento, mas a integração do Município em uma plataforma de soluções públicas que se divide nos seguintes pilares:

- Capacitação Técnica e Consultoria *In Loco*:** Acesso a arenas técnicas dedicadas a áreas críticas (Saúde, Educação, Assistência Social, Finanças e Jurídico), onde os gestores poderão sanar dúvidas específicas sobre a execução de convênios federais e a aplicação de novas normativas com consultores da CNM.
- Articulação Política e Defesa Institucional:** Participação nas plenárias de debate com os chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Este pilar permite que



o Município atue diretamente na pressão política por pautas como o aumento do FPM, a desoneração da folha de pagamento e a revisão do pacto federativo.

c) Acesso à Inovação e Modernização Administrativa: Visitação à feira de expositores, que reúne as principais soluções tecnológicas, softwares de gestão e equipamentos voltados à eficiência do serviço público e à implementação do conceito de *Cidades Inteligentes*;

d) Intercâmbio de Governança e Boas Práticas: Oportunidade de *networking* com gestores de todas as regiões do país, permitindo a identificação de modelos de gestão bem-sucedidos que podem ser replicados localmente, otimizando o uso dos recursos públicos;

**8.2.** Em suma, a solução configura-se como um investimento no capital intelectual e político da Administração Municipal. Ao garantir a presença na XXVII Marcha, o Município assegura que seus líderes estejam na vanguarda das discussões que impactam o orçamento e a autonomia local, evitando o isolamento institucional e garantindo o acesso antecipado a informações que nortearão o fechamento de contas e o planejamento estratégico do próximo exercício. Trata-se, portanto, de uma medida essencial para a continuidade administrativa e para o fortalecimento da capacidade de resposta do Município frente aos desafios socioeconômicos do país.

## 9. JUSTIFICATIVAS PARA PARCELAMENTO

**9.1** Não há elementos que justifique a divisão do serviço, haja vista que se trata de uma única contratação.

## 10. RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E DO VALOR

**10.1** As contratações realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei, obrigação essa advinda do dispositivo constitucional, previsto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determinou que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços a serem disponibilizados perante este órgão.

**10.2** O objetivo da licitação, portanto, é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é a regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, tendo em vista a impossibilidade de se estabelecer a concorrência entre licitantes.

**10.3** Nesse sentido, a Lei previu exceções à regra de realização da licitação, através de hipóteses de Dispensas e Inexigibilidade de Licitação. Trata-se de contratações realizadas sob a regência dos artigos 72 a 75 da Lei nº 14.133/2021.

**10.4** O art. 74 da Lei nº 14.133/2021 elencou, em seus incisos, exemplos daquilo que caracteriza inviabilidade de competição, dentre eles, o contido no inciso III, o qual permite a contratação direta quando se tratar de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, a saber:

**Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:**

(...)

**III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;**



(...)

**f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**

**10.5** No caso em tela, a inexigibilidade de licitação é necessária para contratação Contratação de inscrições para a participação de gestores municipais na XXVII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. O evento, consagrado como o maior encontro municipalista da América Latina, ocorrerá de 18 a 21 de maio de 2026. A solução visa integrar a liderança do Executivo local no principal fórum de debate sobre políticas públicas e desenvolvimento institucional do continente

**10.6** Estima-se que o valor da contratação seja de R\$ 2.400,00, que corresponde ao valor de R\$ 600,00 por participante. Conforme demonstrado na pesquisa de preços anexadas a este estudo, o valor está dentro do praticado no mercado para soluções de mesma natureza, atendendo aos princípios da razoabilidade e economicidade.

## **11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

**11.1** Com a execução desta contratação, a Administração Municipal busca alcançar resultados que impactam diretamente a eficiência da gestão e a sustentabilidade financeira do Município, destacando-se:

O treinamento possibilitará, ainda, a atualização contínua dos servidores quanto às normas legais, regulamentações e orientações emanadas pelos órgãos de controle e fiscalização, assegurando maior conformidade, qualidade e autenticidade das informações contábeis e orçamentárias elaboradas pela administração municipal.

- **Aprimoramento da Gestão Fiscal e Orçamentária:** Espera-se que, através das consultorias técnicas e painéis sobre a Reforma Administrativa e novas regras da Reforma tributária, os Secretários possam otimizar o planejamento financeiro para o encerramento do exercício de 2026.

- **Fortalecimento da Representatividade Política:** O resultado pretendido é a inserção direta das demandas de Campo Novo do Parecis na agenda nacional, especialmente no que tange à liberação de emendas parlamentares e adesão a novos programas do Governo Federal.

- **Capacitação Técnica Multidisciplinar:** Obter atualização normativa imediata para as pastas de Saúde, Educação, Finanças e Desenvolvimento Econômico, reduzindo a incidência de erros administrativos e possíveis apontamentos pelos órgãos de controle (Tribunal de Contas).

- **Inovação e Modernização de Serviços:** Identificar e prospectar tecnologias e modelos de cidades inteligentes apresentados na feira de expositores, visando a futura implementação de soluções que reduzam custos operacionais na prestação de serviços ao cidadão.

- **Mitigação de Riscos Jurídicos:** Garantir que o corpo de secretários esteja alinhado com as recentes decisões dos Tribunais Superiores e mudanças legislativas que afetam a autonomia municipal, prevenindo judicializações desnecessárias.

**11.1.** Em suma, o resultado final esperado não é apenas a participação no evento, mas o **retorno técnico e financeiro** advindo da qualificação dos gestores e da defesa ativa dos interesses econômicos do Município perante a União, consolidando uma governança moderna e alinhada às melhores práticas nacionais.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**12.1** O município já realizou contratações anteriores similares ao objeto deste Estudo, conforme a Inexigibilidade de Licitação 005/2026.

## **13. IMPACTOS AMBIENTAIS**





**13.1** O objeto em análise, não gera impactos ambientais diretos relevantes, por se tratar de atividade de caráter intelectual e administrativo.

**13.2** Eventuais impactos ambientais indiretos podem decorrer do consumo de energia elétrica, do uso eventual de materiais impressos e do deslocamento dos participantes, os quais apresentam natureza pontual e de baixa significância, podendo-se adotar as seguintes medidas para amenizar esses possíveis impactos:

**a)** Priorização de materiais didáticos em meio digital, reduzindo a necessidade de impressão;

**b)** Utilização de papel reciclado ou certificado, caso sejam indispensáveis apostilas, certificados ou outros documentos físicos;

**c)** Incentivo à modalidade remota ou híbrida, quando viável, minimizando deslocamentos e emissões veiculares;

**d)** Promoção do uso racional de recursos, como energia elétrica e água, nos locais de realização da XXVII Marcha.

**13.3** Diante do exposto, conclui-se que a contratação do curso apresenta **impacto ambiental irrelevante ou desprezível**, plenamente mitigável mediante práticas simples de sustentabilidade, não comprometendo o equilíbrio ambiental nem a conformidade com a legislação vigente.

#### **14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**14.1** A viabilidade da presente contratação justifica-se, uma vez que a solução mostrou-se vantajosa para a Administração Pública e demais razões já apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar. Além disso, o estudo se faz necessário para obtenção de conhecimento e, conseqüentemente, para que haja melhoria contínua na prestação do serviço público, sempre em observância aos princípios da Administração Pública, sobretudo aqueles previstos art. 37, caput, da CRFB/88.

**14.2** A presente contratação justifica-se também, uma vez que a solução apontada atende às necessidades das Secretarias que irão participar da XXVII Marcha e está adequada a legislação ao mercado, visto que as condições favorecem o fornecimento do objeto conforme demonstrado no levantamento de mercado.

Campo Novo do Parecis, 15 de abril de 2026.

**Valéria Rozette Vicente Gomes**  
Responsável pela elaboração do ETP

**Odila Cecília Roberto**  
Secretário Interino de Finanças

**Cleide Maria Anzil**  
Secretária de Saúde

**Leia Maria Rea Nedel**  
Secretária de Educação

**Marcio Clei Ferreira do Nascimento**  
Secretário de Desenvolvimento econômico



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8D50-D5FF-7422-E184

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ VALERIA ROZETTE VICENTE GOMES (CPF 775.XXX.XXX-44) em 22/04/2026 13:27:57 GMT-04:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ ODILA CECILIA ROBERTO (CPF 270.XXX.XXX-87) em 22/04/2026 13:30:32 GMT-04:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ CLEIDE MARIA ANZIL (CPF 778.XXX.XXX-00) em 22/04/2026 14:37:27 GMT-04:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ MARCIO CLEI FERREIRA DO NASCIMENTO (CPF 568.XXX.XXX-20) em 22/04/2026 15:15:00 GMT-04:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LEIA MARIA REA NEDEL (CPF 304.XXX.XXX-15) em 22/04/2026 15:58:47 GMT-04:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 22/04/2026 às 16:58 e assinada digitalmente pela 1Doc para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://camponovodoparecis.1doc.com.br/verificacao/8D50-D5FF-7422-E184>